



#### **RESUMO**

2023: O QUE SABEMOS E O QUE NÃO SABEMOS? COMÉRCIO VAREJISTA CRESCE NO ACUMULADO DO ANO, MAS VAREJO AMPLIADO RECUA, SOB O IMPACTO DA ELEVAÇÃO DOS JUROS; PROJEÇÕES INDICAM CRESCIMENTO DO PIB MENOR EM 2023

No início do ano, as expectativas estavam deterioradas. A previsão de crescimento econômico estava em torno de 0,3%. Chegamos a dezembro com um crescimento projetado 10 vezes maior: as previsões do Boletim Focus indicam uma alta de 3,0% para o PIB em 2022. Esse desempenho reflete uma recuperação forte do setor de serviços e aumento do preço internacional das commodities, que beneficiou os países exportadores. A melhora das percepções sobre a economia brasileira foi notada no Panorama do Comércio de Junho, diante das revisões gradativas das projeções para o PIB.

Depois do avanço inesperado, projeta-se uma nova desaceleração — para o Brasil e o mundo. As previsões apontam para um 0,7% crescimento em 2023. Ao ambiente externo menos favorável, somam-se as incertezas domésticas: ainda não é possível traçar as linhas básicas da política econômica a partir do próximo ano.

Para o comércio, até o mês de outubro, 2022 repetiu o ano de 2021, com a perda de fôlego das vendas. No acumulado do ano, o comércio varejista apresentou uma alta de 1,0%. Já o varejo ampliado recuou 0,5%, por incluir itens de maior valor, como materiais para construção e veículos.

# Panorama do Comércio



0,5%

Crescimento das vendas do Varejo Ampliado em out/2022 ante set/22



49,4 mil

Vagas formais de trabalho criadas no comércio em outubro de 2022



-11,0%

Queda da confiança do comércio

## Panorama Macro



0,75%

Projeção de crescimento para PIB em 2023



8,7%

Desemprego no 3º trimestre de 2022



13,75%

Taxa SELIC



Pela primeira vez, o relatório detalha a evolução do volume de vendas por região. Constata-se que, das cinco regiões do país, duas registram um volume de vendas do varejo ampliado superior ao observado antes da pandemia: a região Centro-Oeste e a região Norte.

Olhando para frente, há vetores que favorecem o consumo em 2023: a confiança dos consumidores cresceu ao longo do ano, junto com a renda real média. Também há, no entanto, vetores que desfavorecem o consumo, como as taxas de juros elevadas — mesmo com a queda projetada para 2023, a taxa básica deverá permanecer acima de 10% ao ano — e o endividamento das famílias.

Se a confiança dos consumidores se mantém acima do nível observado no início do ano, o mesmo não se pode dizer da confiança dos empresários do comércio, que registrou forte recuo em novembro de 2022. Essa queda é reflexo de ruídos sobre a condução da economia e, como hipótese a ser confirmada nos próximos meses, um reflexo de vendas abaixo do esperado no último mês.

Os desafios estão postos, assim como estavam em 2022. A desaceleração à vista aumenta a importância de reduzir as incertezas sobre a condução da economia a partir do próximo ano. Como se verá neste relatório, a redução dos juros prevista para 2023 está condicionada à sinalização de responsabilidade fiscal. O compromisso com esse pilar econômico poderá ensejar uma redução dos juros maior e mais rápida do que a esperada, favorecendo o consumo e aliviando o orçamento das famílias endividadas.

# Termômetro do consumidor



13,0%

Avanço da confiança do consumidor desde o início do ano



6,9%

Avanço da renda média real



65 milhões

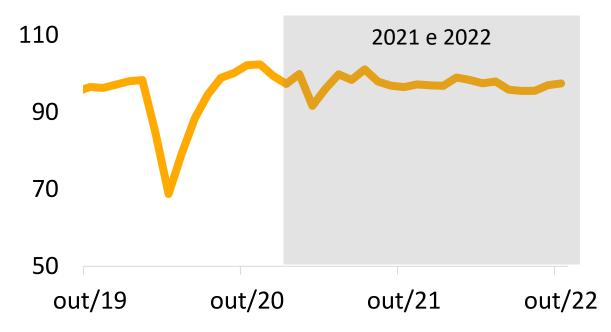
Número de negativados no país



#### **VENDAS DO VAREJO**

Volume de vendas do varejo ampliado cresce 0,5% em outubro de 2022, na comparação mensal; setor inicia o último trimestre com desempenho próximo do observado antes da pandemia

#### Volume de vendas do varejo ampliado Número índice (2014 = 100)



Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em outubro de 2022, o volume de vendas do varejo ampliado cresceu 0,5% na comparação com o mês anterior. Já o varejo restrito, que desconsidera os segmentos de vendas e reparos de automóveis, motocicletas e materiais de construção avançou 0,4% na mesma base de comparação.

A análise da série histórica do volume de vendas do varejo ampliado mostra que o desempenho do setor segue muito próximo do patamar observado antes da pandemia e abaixo do pico observado no auge da recuperação, no último trimestre de 2020. Na comparação entre o volume de vendas registrado em outubro de 2022 e o mesmo mês do ano anterior, o crescimento foi do varejo ampliado foi de 0,3%, enquanto o varejo restrito cresceu 2,7%. No acumulado do ano, que compara o período de janeiro a outubro de 2022 e o mesmo período de 2021, as vendas cresceram 1,0% no varejo restrito, mas caíram 0,5% no varejo ampliado. Adiante, a análise do desempenho por atividade do comércio permitirá ver quais atividades têm puxado o varejo ampliado para baixo no acumulado do ano.

#### Volume de vendas do comércio varejista

Outubro de 2022

	O que compara	Comércio Varejista	Varejo Ampliado
Variação mensal	Compara o resultado de um mês com o mês imediatamente anterior	0,4%	0,5%
Variação anual	Compara o resultado de um mês com o mesmo mês do ano anterior	2,7%	0,3%
Variação acumulada no ano	Compara o período de janeiro a outubro de 2022 com o mesmo período do ano anterior	1,0%	-0,5%

Fonte: **IBGE** | Referência: **Outubro de 2022** 



#### **VENDAS DO VAREJO POR SEGMENTOS**

# Segmentos mais sensíveis à elevação das taxas de juros têm maiores quedas do volume de vendas

O conjunto de todas as atividades comerciais, que inclui o comércio de veículos e motocicletas, parte e peças, além dos materiais de construção, forma o conceito do varejo ampliado. Excluindo essas atividades, tem-se o conceito do varejo restrito. O quadro abaixo detalha o desempenho de todas essas atividades, incluindo as que compõem o varejo ampliado. Observa-se que, no acumulado do ano, das 10 atividades analisadas, seis apresentam crescimento do volume de vendas e quatro apresentam queda. As maiores altas ocorrem em segmentos que tiveram uma recuperação mais lenta depois das fortes quedas provocadas pela pandemia. No segmento de "Livros, jornais, revistas e papelaria", por exemplo, o avanço foi de 18,5%. O segmento de "Combustíveis e lubrificantes" tiveram, por sua vez, alta de 14,9%. Já as quedas ocorrem nos segmentos de itens de maior valor e, portanto, mais sensíveis ao aumento das taxas de juros, como os segmentos de veículos (-1,3%), móveis e eletrodomésticos (-8,7%).

Segmento	Variação mensal	Acumulado no ano
Livros, jornais, revistas e papelaria	-3,8%	18,5%
Combustíveis e lubrificantes	0,4%	14,9%
Artigos farmacêuticos e médicos	-0,4%	7,0%
Tecidos, vestuário e calçados	-3,4%	4,0%
Materiais para escritório	2,0%	2,1%
Hipermercados e supermercados	-0,1%	1,0%
Veículos, motocicletas, partes e peças	-1,7%	-1,3%
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,0%	-8,2%
Material de construção	-3,5%	-8,6%
Móveis e eletrodomésticos	2,5%	-8,7%

Fonte: IBGE | Referência: Outubro de 2022



## VENDAS DO VAREJO POR REGIÃO

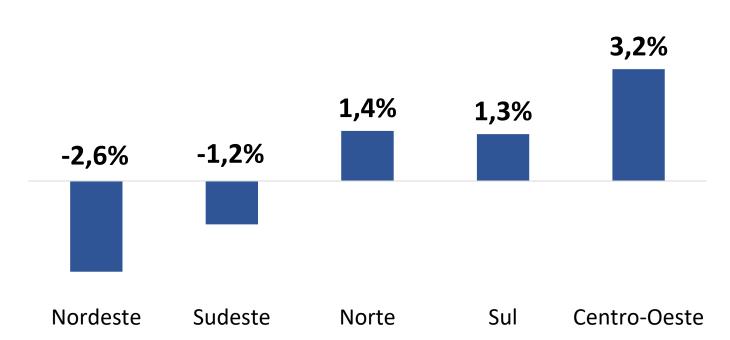
# Centro-Oeste e Norte apresentam volume de vendas superior ao observado antes da pandemia

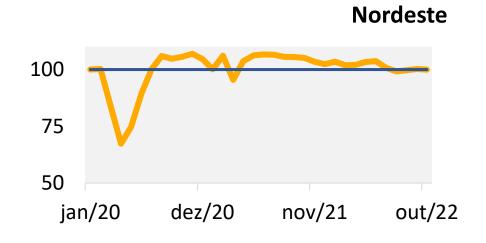
Esta edição do Panorama do Comércio apresenta pela primeira vez os dados do varejo detalhados por região. Os gráficos à direita mostram a evolução do volume de vendas desde o início da pandemia, utilizando um número índice que considera as vendas de janeiro de 2020 iguais a 100. Observa-se que nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o volume de vendas está no mesmo nível ou abaixo do nível observado no início de 2020. Já as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam um nível de vendas superior ao de antes da pandemia. Os dados mostram ainda que em todas as regiões o início da pandemia provocou uma queda entre 30 e 25% na comparação com o volume de vendas do início de 2020 e que as vendas retornaram ao patamar anterior logo em seguida.

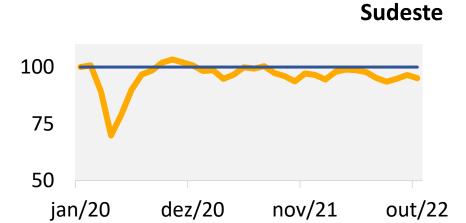
No acumulado deste ano, três regiões apresentam variação positiva das vendas e duas apresentam variação negativa. O destaque positivo é da região Centro-Oeste, com avanço de 3,2% das vendas. Na região Nordeste, houve queda de 2,6%, enquanto no Sudeste houve recuo de 1,2%.

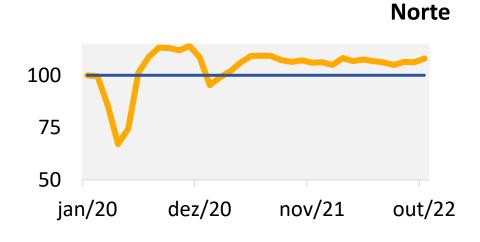
#### Variação do volume de vendas por região

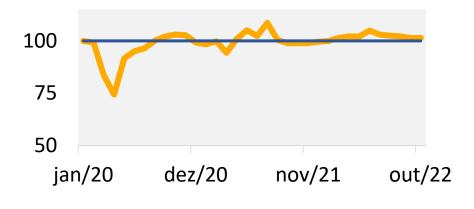
Acumulado no ano (até outubro de 2022)



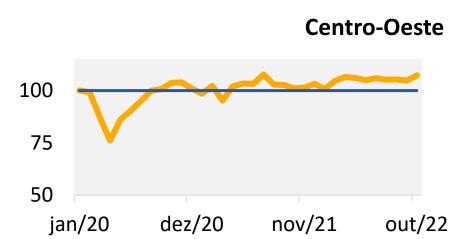








Sul



Fonte: IBGE | Referência: Outubro de 2022



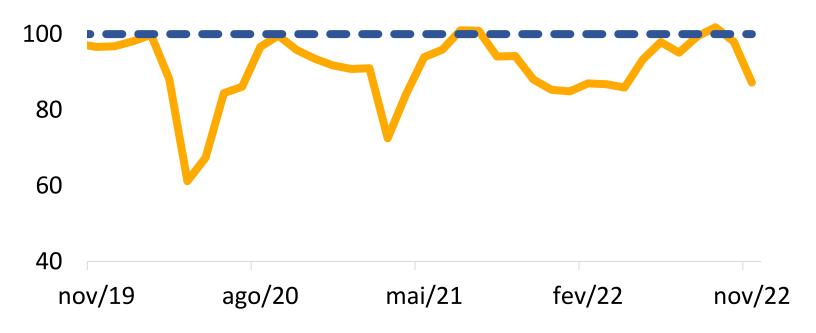
# CONFIANÇA DO COMÉRCIO

Indicador de Confiança do Comércio recua em novembro e volta para os níveis observados no início do ano; resultado reflete incertezas para 2023 e sugere vendas mais fracas no último mês

O Indicador de Confiança do Comércio recuou 9,2% em novembro de 2022, passando de 98,0 pontos para 87,2%. O número é apurado pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Com isso, praticamente todo o avanço da confiança observado desde o início do ano foi revertido. Cabe destacar que, em setembro de 2022, esse indicador chegou a superar a marca dos 100 pontos, que separa a situação de otimismo predominante e de pessimismo predominante. A recuou nos seus dois componentes. componente da situação atual, que avalia a percepção dos empresários do setor sobre a economia e o seu negócio nos últimos meses, o recuo foi de 12,3%; já no componente das expectativas, que avalia o desempenho esperado para os próximos meses, a queda foi de 9,2%. A piora na avaliação do quadro atual sugere um desempenho das vendas menor do que o esperado para o mês da Black Friday, mas os dados oficiais ainda não estão disponíveis. Já a queda das expectativas reflete os ruídos ao longo do mês em torno da definição da nova equipe econômica e dos rumos da economia a partir de 2023.

#### Indicador de Confiança do Comércio

Número índice (zero a 200 pontos)



-12,3%
Variação mensal do
Indicador de Situação
Atual



**-9,2%** /ariação mensal do

Variação mensal do Indicador de Expectativas



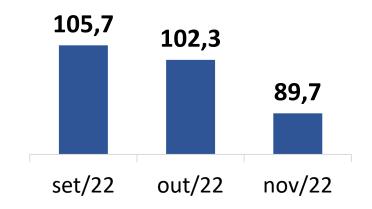
-11,0%

Variação do Indicador de Confiança do Comércio



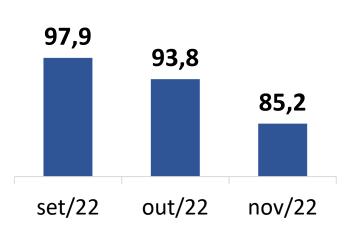
#### Situação atual

Índice (zero a 200 pontos)



#### **Expectativas**

Índice (zero a 200 pontos)



Fontes: FGV | Referência: Novembro de 2022



# INFLAÇÃO

Em desaceleração, IPCA acumula alta de 5,9% nos 12 meses encerrados em novembro de 2022; inflação de vestuário a alimentos segue elevada

#### **IGP-M**

Novembro de 2022

Variação mensal -0,56% Acumulado em 12 meses 4,98%

#### Projeção 2023

**Boletim Focus** 

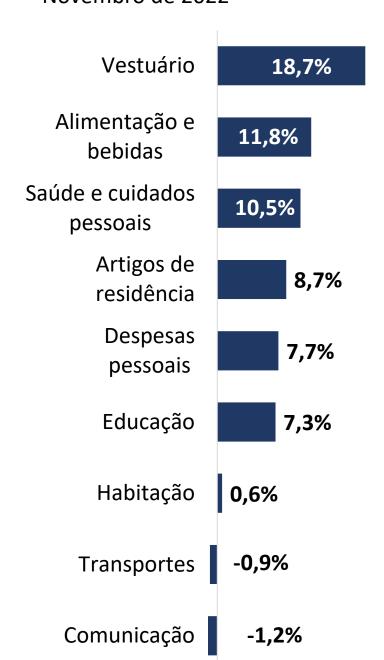


5,08%

Projeção para o IPCA em 2023

#### **IPCA** por itens

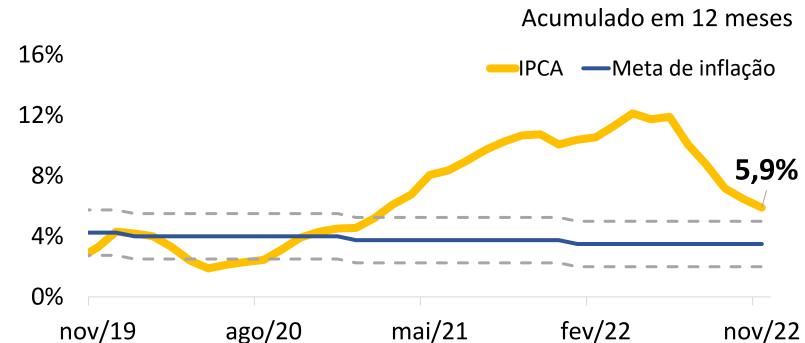
Novembro de 2022



A inflação segue desacelerando no país. Isso não significa que os preços estejam caindo, mas crescendo a um ritmo menor. Em novembro de 2022, os preços medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiram, em média, 0,41% na comparação com o mês de outubro. No acumulado de 12 meses, que compara o nível de preços atual com o do mesmo período do ano passado, a desaceleração fica mais evidente: o índice avançou 5,9% nessa base de comparação. No auge da aceleração dos preços, em abril de 2022, o IPCA chegou a acumular alta de 12,1% em 12 meses. Alguns itens permanecem, todavia, com um ritmo de aumento dos preços bastante elevado: é o caso de vestuário, com variação acumulada de 18,7%, e alimentação e bebidas (11,8%) – item que penaliza bastante a população de menor renda. Para 2023, as projeções indicam que o IPCA deverá encerrar o ano com alta de 5,08% no acumulado de 12 meses.

Outro índice de preços importante é o IGP-M, normalmente utilizado em contratos de alugueis. Esse índice acumula alta de 4,98% nos 12 meses encerrados em novembro, uma variação menor do que a do IPCA.

#### Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)



Fonte: IBGE | Referência: Novembro de 2022



## POLÍTICA MONETÁRIA

COPOM mantém a taxa SELIC em 13,75% e fala em vigilância no combate à inflação; instituições financeiras projetam queda dos juros a partir do segundo trimestre de 2023

O Comitê se manterá vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período suficientemente prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação. O Comitê reforça que irá perseverar até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas." (Comunicado de 07 de dezembro de 2022)

#### Projeção 2023

**Boletim Focus** 



11,5%

Projeção para a taxa SELIC ao final de 2023

#### Quando começa a cair?

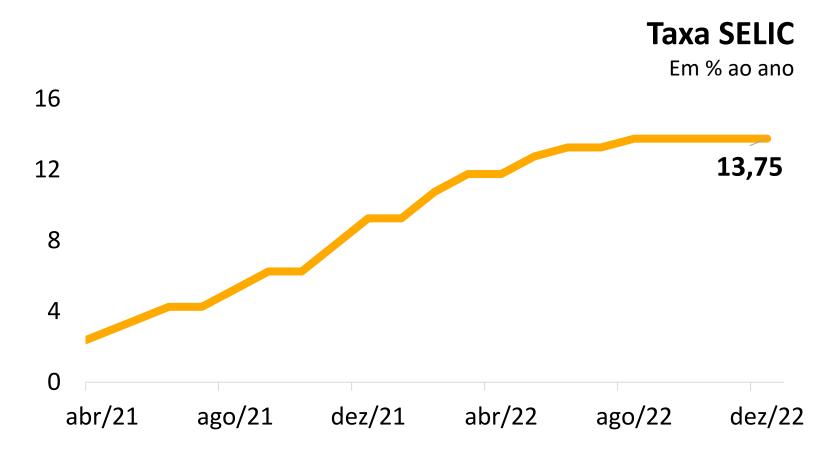
Sondagem FEBRABAN



60%

Das instituições financeiras acreditam que a Selic começa a cair no 2º trimestre de 2023

Em sua última decisão de 2022, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) decidiu manter a taxa básica de juros em 13,75% ao ano. Foi a terceira vez consecutiva que o Comitê optou não alterar a taxa SELIC. No comunicado divulgado após a decisão, o órgão fez menção à desaceleração da inflação, mas pontuou que o ritmo de avanço dos preços ainda continua elevado. Além disso, as incertezas fiscais foram apontadas como um fator de risco com o potencial de acelerar a inflação, dificultando a queda de juros. As projeções do Boletim Focus indicam que o ano de 2023 deverá encerrar com a taxa SELIC fixada em 11,5%. Os cortes deverão ser graduais e, de acordo com uma sondagem conduzida pela FEBRABAN, seis em cada dez instituições financeiras entrevistadas acreditam que as quedas ocorrerão a partir do segundo trimestre de 2023. Isso dependerá, no entanto, da trajetória da inflação e das expectativas para inflação no horizonte dos próximos ano. O comunicado do COPOM destaca que os juros permanecerão altos pelo tempo que for necessário para que a inflação recue em direção à meta.



Fonte: BCB e FEBRABAN | Referência: Dezembro de 2022



#### MERCADO DE TRABALHO

Comércio cria 49,4 mil vagas formais em outubro de 2022; considerando todos os setores, mais de 2,3 milhões de vagas formais foram criadas de janeiro a outubro de 2022

Em outubro de 2022, 159,5 mil postos formais de trabalho foram criados no país, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Considerando apenas as vagas criadas pelo comércio, esse número foi de 49,4 mil. A estatística de criação de vagas resulta da diferença entre o número de admissões e o número de demissões em um dado período. Em 2020, a economia registrou o fechamento de 192,6 mil vagas formais de trabalho. Em 2021, esse mercado se recuperou, com a abertura de 2,78 milhões de vagas. Neste ano, o desempenho deverá ficar próximo do observado no ano anterior: até o mês de outubro, cerca de 2,32 milhões de vagas foram abertas. Esse desempenho do mercado de trabalho formal tem contribuído para a queda da taxa de desemprego, que chegou a 8,7% no terceiro trimestre de 2022 – a menor taxa desde meados de 2015, de acordo com o IBGE. O número total de empregos formais no país chegou a 43,0 milhões em outubro de 2022, sendo que 22,9% estão no setor do comércio.

49,4 mil



Vagas criadas no comércio em outubro de 2022

159,5 mil



Vagas criadas em outubro de 2022, considerando todos os setores

8,7%



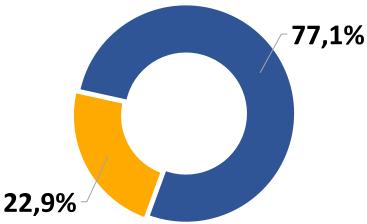
Taxa de desemprego no 3º trimestre (IBGE)

#### Número de empregos formais no país

43,0 mi



Estoque de empregos formais



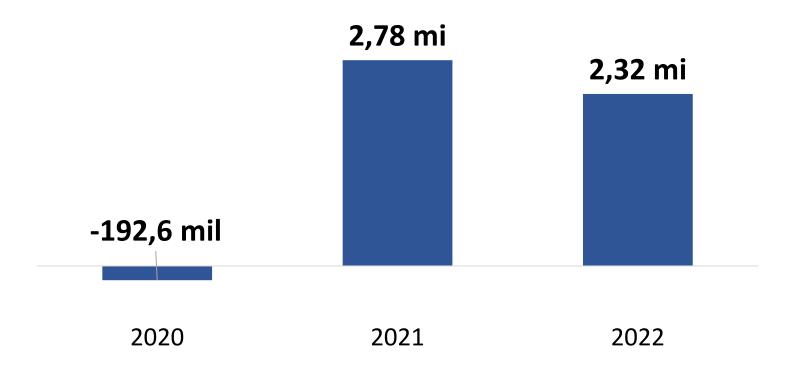
Comércio



**Demais setores** 

#### Evolução do emprego formal

Quantidade de empregados | 2022: até outubro



Fonte: CAGED e IBGE | Referência: Outubro de 2022

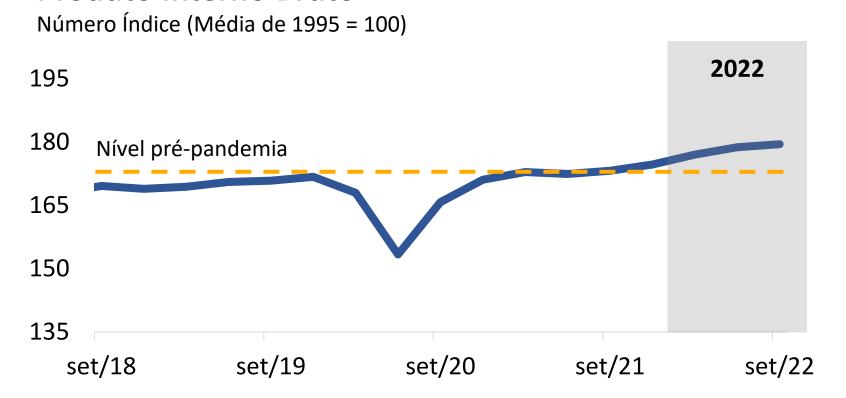


#### PIB DO 3º TRIMESTRE

PIB acumula alta de 3,0% nos quatro últimos trimestres, puxado pelo desempenho do setor de serviços; projeções indicam avanço de mais de 3,0% em 2022 e de 0,7% no próximo ano

O IBGE divulgou no início de dezembro o resultado do Produto Interno Bruto do terceiro trimestre de 2022. De acordo com o Instituto, o PIB cresceu 0,4% na comparação com o trimestre imediatamente anterior e 3,0% no acumulado dos últimos quatro trimestres. Com esse resultado, segundo o Boletim Focus, a projeção de crescimento do PIB em 2022 chegou a 3,05%. A análise setorial do PIB mostra que o desempenho positivo foi puxado pelo setor de serviços: o PIB desse setor cresceu 4,4% no acumulado de quatro trimestres. Já a indústria notou avanço de 0,8% e a Agropecuária registrou queda de 1,3%. Como parte do setor de serviços, o PIB do comércio registrou queda de 0,7%. É importante destacar que o PIB do comércio não é medido pelo faturamento das vendas, e sim pelo valor que esse setor agrega aos bens que comercializa. Para 2023, as projeções indicam uma alta do PIB de 0,75%, de acordo com o Boletim Focus. Ainda é cedo, no entanto, para antecipar o desempenho da economia, que dependerá da política econômica adotada a partir do próximo ano, bem como da conjuntura internacional.

#### **Produto Interno Bruto**



# Acumulado em 4 trimestre contra trimestre anterior Variação do PIB 3,0%

PIB por setor Acumulado em 4 trimestres

-1,3%
Agropecuária



0,8% Indústria



4,4%
Serviços



-0,7% Comércio



**Projeção 2023**02 de dezembro de 2022

0,75% Crescimento do PIB em 2023



Fontes: IBGE | Referência: 30 trimestre de 2022



## MERCADO DE CRÉDITO

Saldo de crédito a MPMEs cresce e reduz diferença para o saldo a grandes empresas; taxa média de juros de crédito a pessoas físicas chega a 35,8% ao ano, mostra BC



8,7%

Crescimento do saldo de crédito a Pessoas Físicas



35,8% a.a.

Taxa média de juros para PF, em porcentagem ao ano



3,7%

Crescimento do saldo de crédito a Pessoas Jurídicas

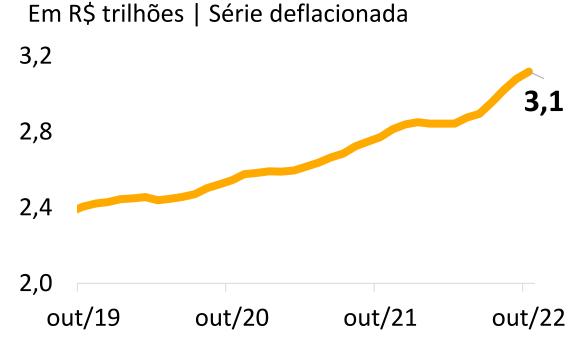


19,5% a.a.

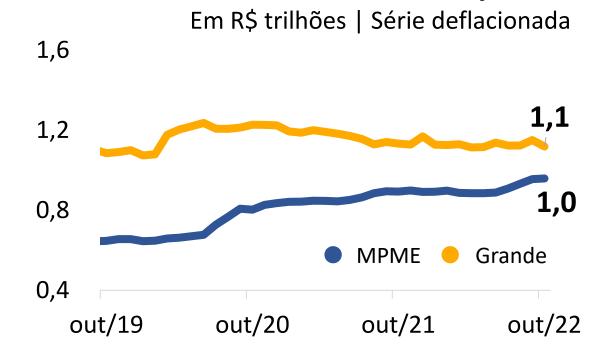
Taxa média de juros para PJ, em porcentagem ao ano

Dados do Banco Central do Brasil (BCB) mostram que o saldo total de crédito vem crescendo no país, tanto no segmento de pessoas físicas quanto no segmento de pessoas jurídicas. Essa saldo representa todo o valor de empréstimos e financiamentos em aberto obtidos através do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O avanço no segmento de pessoas físicas foi de 8,7% na comparação entre outubro de 2022 e o mesmo mês do ano anterior. O valor em reais do saldo de crédito às famílias chegou a R\$ 3,1 trilhões, com crescimento praticamente contínuo ao longo dos últimos anos. Já o saldo a empresas de grande porte chegou a R\$ 1,1 trilhão, enquanto o saldo a micro, pequenos e médios negócios chegou a R\$ 1,0 trilhão. A evolução desses saldos mostra que os recursos destinados a grandes empresas apresenta leva tendência de queda, enquanto o crédito a MPEs avança, reduzindo a diferença com relação ao saldo destinado a grandes empresas. Historicamente, os pequenos negócios tiveram menos acesso ao crédito, mas isso vem mudando desde o início da pandemia.

#### Saldo de crédito a Pessoas Físicas



#### Saldo de crédito a empresas



Fonte: **BCB** | Referência: **Outubro de 2022** 



#### PERSPECTIVAS PARA O CONSUMO EM 2023

Melhora da confiança dos consumidores e da renda favorecem o consumo, mas taxa de juros e endividamento elevados limitam o potencial

#### **Favorável**

13,0%

Avanço da confiança do consumidor em 2022 (até novembro)

6,9%

Avanço da renda real do trabalho em 2022 (até o trimestre encerrado em outubro)

#### Desfavorável

11,5%

Taxa SELIC deve permanecer acima de dois dígitos em 2023

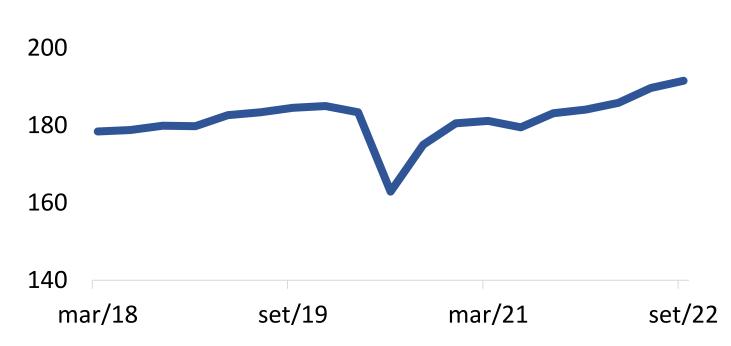
#### 65 milhões

Inadimplência e endividamento estão em níveis recordes

Pela ótica da demanda, um dos componentes do PIB é o consumo das famílias. De acordo com o IBGE, esse componente avançou permaneceu abaixo do nível prépandemia até o início de 2022, mas se recuperou ao longo deste ano. Mas quais serão os condicionantes do consumo ao longo de 2023? Há vetores favoráveis e desfavoráveis ao consumo. Se não sofrer quedas nos próximos meses, o nível maior da confiança dos consumidores deverá contribuir positivamente para o consumo. De acordo com a FGV, o indicador de confiança dos consumidores caiu em novembro, mas a queda não foi tão acentuada como ocorreu com a confiança dos empresários do comércio. Desde o início do ano, esse indicador subiu 13,0%. Também favorece o consumo a queda da inflação e o aumento da renda real notado nos últimos meses. Entre vetores desfavoráveis, merece destaque a taxa de juros. Apesar de as projeções indicarem queda da taxa SELIC, essa taxa deverá permanecer alta. Além disso, pesa contra o consumo o elevado nível de endividamento e de inadimplência.

#### Consumo das famílias

Número índice (Média de 1995 = 100)



Fontes: BCB, FGV, CNC e CNDL | Referência: 3º trimestre de 2022





#### BANCARIZAÇÃO CRESCE E PIX SE CONSOLIDA COMO MEIO DE PAGAMENTO MAIS **UTILIZADO NO DIA A DIA DOS CONSUMIDORES**

Os últimos anos significaram uma verdadeira transformação digital no que diz respeito à utilização de meios de pagamentos mais ágeis e sem a necessidade de compartilhamento de objetos. O PIX é exemplo disso. Criado em novembro de 2020, o PIX registrou uma forte e rápida adesão dos brasileiros e já é o meio de pagamento mais utilizado no dia a dia no país. Ultrapassando até mesmo o cartão de débito e o dinheiro em papel. O dado faz parte da pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com o Sebrae. De acordo com o levantamento, as modalidades de pagamento mais utilizadas pelos brasileiros no dia a dia são: PIX (67%, com crescimento de 27 pontos percentuais comparado a 2021 e sobretudo entre os mais jovens), cartão de débito (42%, principalmente entre os mais velhos), cartão de crédito (35%, com destaque na classe A/B) e dinheiro (22%, com queda de 18 pontos percentuais frente a 2021).



#### **BANCARIZAÇÃO NO PAÍS:**

2022 - 96%

2021 - 86%

#### **USO DE CARTEIRAS DIGITAIS:**

**2022 – 55%** 

2021 - 32%

98% dos consumidores têm uma chave de PIX cadastrada.

- 83% utilizam PIX para transferir recursos para amigos e parentes.
- 58% diz utilizar sempre ou às vezes.
- 96% recebem pagamentos através do PIX.
- As compras na internet (52% no geral, aumentando para 58% entre os jovens e para 58% entre as classes A e B) e em supermercado (48%) e o pagamento de prestadores de serviços (47%), restaurantes (39%) e consultas médicas (21%), foram outros exemplos de usos do PIX.

#### **PAGAMENTOS À VISTA:**

- **98%** DOS CONSUMIDORES **COSTUMAM FAZER PAGAMENTOS** À VISTA.
- 86% COSTUMAM UTILIZAR O PIX;
- **78%** CARTÃO DE DÉBITO;
- **72%** DINHEIRO
- **44%** BOLETO À VISTA

#### **PAGAMENTOS A PRAZO:**

- **71%** TAMBÉM COSTUMAM UTILIZAR ESSA FORMA DE PAGAMENTO.
- **67%** CARTÃO DE CRÉDITO;
- **2%** CHEQUE PRÉ-DATADO;

#### **MODALIDADES MAIS USADAS POR TIPO DE ESTABELECIMENTO:**

- LOJAS FÍSICAS: 36% CARTÃO DE
  - DÉBITO
- **LOJAS ONLINE:** 41% CARTÃO DE

CRÉDITO

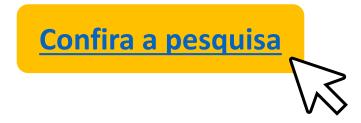




#### **IMPACTOS DO DESEMPREGO NA VIDA**

# MEDO DE NÃO CONSEGUIR PAGAR AS CONTAS, ANSIEDADE E ANGÚSTIA AFLIGEM MAIS DE 80% DOS DESEMPREGADOS

Um levantamento realizado em todas as capitais pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), mostra que além de trazer complicações à vida financeira, o desemprego afeta também o estado físico e emocional das pessoas. De acordo com o estudo, a falta de trabalho gerou forte impacto nas emoções dos desempregados brasileiros em comparação com a pesquisa realizada em 2020. As emoções que mais tiveram aumento foram "medo de não conseguir pagar as contas", com 83% (22 pontos percentuais a mais que em 2020); "ansiedade", com 82% (aumento de 23 pontos percentuais, se comparado a 2020); e "angústia", com 81% (crescimento de 27 pontos percentuais).



Questionados sobre o significado do "desemprego", destacam-se as seguintes associações: fome (11%), dificuldade (10%), necessidade (5%), desespero (5%), falta de oportunidade (5%), tristeza (4%), dívidas (4%), falta de dinheiro (3%), oportunidade (2%) e medo (2%).



#### ALTERAÇÕES COMPORTAMENTAIS:

- **57%** ALTERAÇÃO DE SONO
- 60% TER MENOS VONTADE DE SAIR
- 41% ALTERAÇÃO NO APETITE.



## PRINCIPAIS RESTRIÇÕES DE CONSUMO APÓS FICAR DESEMPREGADO:

- **87**% ROUPAS E CALÇADOS
- **80%** ITENS SUPÉRFLUOS (IOGURTE, CONGELADOS, CARNES NOBRES...)
- 74% SAÍDAS PARA BARES E RESTAURANTES,
- **73**% ALIMENTAÇÃO FORA DE CASA E DELIVERY.



**87**% AFIRMAM QUE O PADRÃO DE VIDA DIMINUIU



**21%** ESTÁ GASTANDO MAIS DO QUE O ORÇAMENTO



VALOR MÉDIO MENSAL DE ESTOURO ORÇAMENTAL É DE **R\$484,48** 



**47**% AFIRMAM QUE TIVERAM DIFICULDADE DE ACESSO À CRÉDITO.



**77%** INTERROMPERAM ALGUM PROJETO OU SONHO













#### **USO DO CRÉDITO**

#### QUASE A METADE DOS CONSUMIDORES NÃO CONTROLA GASTOS DE COMPRAS **PARCELADAS**

O crédito é um instrumento que alavanca a economia, ampliando o bem-estar dos consumidores e as receitas dos lojistas, desde que usado com consciência e planejamento. Se por um lado ele pode ser pensado como um atalho para algumas conquistas da vida, por outro, pode trazer consequências graves ao orçamento, caso o consumidor não utilize esse crédito com prudência e organização de suas finanças. Levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com o Sebrae, aponta que quase a metade (47%) dos consumidores do país não faz o devido controle das compras parceladas, sendo que esse percentual se divide entre os que fazem o controle na própria fatura do cartão de crédito (34%), de cabeça (9%) ou admitem não fazer controle (3%).





#### 32% DOS ENTREVISTADOS FICARAM INADIMPLENTES NOS ÚLTIMOS 12 MESES POR CAUSA **DE COMPRAS PARCELADAS, SENDO QUE:**

- 17% CITAM O CARTÃO DE CRÉDITO COMO A PRINCIPAL DÍVIDA NÃO PAGA
- **7%** OS EMPRÉSTIMOS
- 5% OS CREDIÁRIOS (5%) E
- **3%** FINANCIAMENTOS.



#### **MOTIVOS QUE MAIS DIFICULTAM O PAGAMENTO DE COMPRAS PARCELADAS SÃO:**

- 16% QUEDA DA RENDA
- **15%** DESEMPREGO
- 13% MANTER UM MÍNIMO PARA O PRÓPRIO SUSTENTO.

**AFIRMAM TER ATÉ 25% DA RENDA COMPROMETIDA COM O PAGAMENTO DE DÍVIDAS EM ATRASO E 19% ENTRE METADE E 100%** DA RENDA.

62% DOS CONSUMIDORES CEDERAM À TENTAÇÃO E LEVOU PARA CASA ALGUM ITEM NÃO PLANEJADO NO MÊS ANTERIOR À PESQUISA, DEVIDO A FACILIDADE DO PARCELAMENTO DAS COMPRAS.



#### ITENS MAIS COMPRADOS NAS CONDIÇÕES DE FÁCIL ACESSO AO CRÉDITO:

- **26**% ROUPAS, CALÇADOS E ACESSÓRIOS
- 23% COMPRAS DE SUPERMERCADOS
- **20%** ITENS DE FARMÁCIA
- **18%** PERFUMES E COSMÉTICOS.



#### **CONGRESSO NACIONAL**

O mês de dezembro foi marcado pela formação dos grupos de trabalho do Governo de Transição e a realização das reuniões, o prazo para apresentação dos relatórios encerrou em no dia 11.

O Congresso Nacional entrará em recesso legislativo dia 23 de dezembro e retornará em 02 de fevereiro.

Neste último mês do ano, destacamos os resultados da área de **Relações Institucionais e Governamentais (RIG) do Sistema CNDL**, através do monitoramento eletrônico realizado com a plataforma "Radar Governamental" das 27 Assembleias Legislativas, 27 Câmaras Municipais de capital, da Câmara e Senado Federal.



#### ocstao ac mo

Resultados

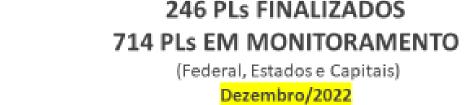
Ano	2019	2020	2021	2022
Total de PLs	360	<b>523</b>	<b>620</b>	714
Arquivados	73	104	140	154
Tramitando	257	359	408	468
Sancionados	30	50	72	92

Objetivo: Mitigar riscos e explorar oportunidades das PLs e normativos aos negócios e ao desenvolvimento do setor:

- De impacto financeiro: prejuízo ou ganho.
- De impacto reputacional: credibilidade, representatividade e fortalecimento do associativismo.









■ Finalizado ■ Em andamento







Neste último mês do ano, é realizado o esforço concentrado para discussão e votações de muitas matérias que não foram analisadas durante o ano. Com isso, destacamos nessa edição as principais pautas de interesse deliberadas:

#### **Aumento do Teto do Simples Nacional**



PLP 108/2021 - O projeto propõe o aumento do limite do teto de faturamento anual de R\$ 81 mil para R\$ 144,9 mil aos microempreendedores individuais e a contratação de até dois empregados, o aumento de R\$ 360 mil para R\$ 869,4 mil para as microempresas e de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8,6 milhões para as empresas de pequeno porte.

**Situação:** aguarda votação do requerimento de urgência para votação no Plenário da Câmara dos Deputados.

**Próximos Passos:** Devido alterações no texto original do PLP 108/2021, que previa antes apenas o aumento do teto do Microempreendedor Individual (MEI), após deliberação pela Câmara, será necessário ainda ser deliberado pelo Senado Federal antes de ir a Sanção ou Veto da presidência da república.

#### Adesão ao Simples Nacional em 2022



**PLP 12/2022 -** do Dep. Léo Moraes - que "altera os arts. 3º e 16 do Estatuto da Micro e Pequena Empresa, para permitir a adesão ao Simples Nacional no decurso do ano- calendário de 2022.

**Próximos Passos:** pautado e aguarda votação pelo comissão de desenvolvimento econômico, indústria, comércio e serviços (CDEICS).





#### Simplificação das Obrigações Acessórias



PLP 178/2021, do Sr. Efraim Filho - que "institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias e unifica os modelos de notas fiscais em âmbito municipal e estadual.

**Situação**: Aprovado o requerimento de urgência no plenário da Câmara dos Deputados.

**Próximos Passos:** aguarda votação pelo plenário da Câmara dos Deputados. E segue para o Senado Federal.

#### **Estatuto do Aprendiz**



**PL 6461/2019,** que institui o Estatuto do Aprendiz, o texto do projeto estabelece novas diretrizes e condições para o trabalho do aprendiz, passando por questões que vão desde a contratação do jovem até os deveres e obrigações dos contratantes.

**Situação**: O projeto foi amplamente debatido em Comissão Especial instalada na Câmara dos Deputados no final de 2021 e agora tramita em caráter conclusivo, sob relatoria do Deputado Marco Bertaiolli (PSD/SP), o qual apresentou seu parecer no dia 10 de novembro.

**Próximos Passos:** aguarda votação do parecer pela Comissão Especial, sem ir ao Plenário por ser regime de tramitação conclusiva pela comissão.





#### Subteto e aumento do teto simples nacional



Projeto de Lei Complementar (PLP) n. 127/2021 para impostos estaduais e municipais (incluindo ICMS e ISS) junto ao Simples Nacional, tenho como teto do valor de 4,8 milhões, o mesmo para impostos federais.

**Situação**: Apresentado pelo Senador Jorginho Mello (PL/SC), atual presidente da Frente Parlamentar mista em defesa da Micro e Pequena Empresa. Além disso, novo relatório na CAE, apresentado pelo Senador Irajá (PSD/TO) prevê aumento do teto do Simples Nacional em até 5,7 milhões.

**Próximos passos:** Aguarda ser pela na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.

#### **PEAC-MAQUININHAS - permanente**



PL 1479/2022 do deputado Tiago Dimas (Podemos-TO), permite que o Programa Emergencial de Acesso a Crédito na Modalidade de Garantia de Recebíveis (Peac-Maquininhas) se torne permanente. O Peac-Maquinhas foi aprovado em 2020 para vigorar durante a pandemia. O Programa permite a microempreendedores individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte que tenham realizado vendas por meio das máquinas de pagamento acessarem empréstimos dando como garantia os valores ainda a receber de vendas futuras.

**Situação**: o PL foi apresentado em junho de 2022. Designado Relator, Dep. Otto Alencar Filho (PSD-BA). Pautado para votação na CDEICS de 14/12/2022.





**Próximos passos:** A proposta aguarda votação na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara.

#### **Certificado Digital**



**PL 7316/2002** - Do Poder Executivo, disciplina o uso de assinaturas eletrônicas e substitui a MP 2200/2002.

**Situação**: apresentado relatório pelo Dep. João Campos (Republicanos/GO) em 30/11.

**Próximos passos:** aguarda votação na reunião da CCJ da Câmara dos Deputados, se aprovado seguirá para o Senado Federal, a matéria não tem previsão de ser deliberada em Plenário.

#### **Certificado Digital**



**PL 1891/2020** - prorroga o prazo para renovação de Certificados Digitais durante pandemia ou estado de calamidade pública reconhecido pelo Governo Federal.

**Situação**: O parecer do relator, Dep. Jefferson Campos (PL/SP), é pela rejeição. Aguarda votação na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) no dia 14/12/2022.





#### **Inteligência Artificial**



PL 21/2020 - regulamentação da inteligência artificial.

**Situação**: a comissão de juristas encarregada da regulamentação da inteligência artificial, apresentou relatório final.

**Próximos passos:** Aguarda votação pelo plenário do Senado Federal. Como o teor é extenso é impacta as decisões automatizadas, o Sistema CNDL tem mobilizado em prol do amplo debate da matéria antes da votação.

#### Reempreendedorismo



PLP 33/2020 Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer e disciplinar a renegociação especial extrajudicial, a renegociação especial judicial e a liquidação simplificada, e dispor sobre a falência das microempresas e das empresas de pequeno porte.

**Situação**: pautado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) agendou reunião deliberativa para quarta-feira 14/12/2022. Aguarda votação pela CFT.















www.cndl.org.br









